



Acta n.º1 /08

*ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2008*

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, pelas catorze horas, reuniram, no *Cine- Teatro de São Luís em Pinhel*, os membros da *Assembleia Municipal*, tendo-se verificado a ausência dos Senhores Deputados Municipais Joaquim Manuel Pereira Mateus, Henrique Luís Saraiva, Carlos Alberto Caetano Monteiro, José Armando Dias Henriques, Presidente de Junta de Freguesia de Alverca da Beira, Carlos José Leal Ramos Franco, Presidente de Junta de Freguesia de Lameiras, os quais justificaram atempadamente as suas faltas.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, António Luís Monteiro Ruas, bem como da Senhora Vereadora Irene de Jesus Marques Fortunato da Fonseca, do Senhor Vereador Rui Manuel Saraiva Ventura e do Senhor Vereador José Manuel Morgado Martins. -----

Constatado existir “*quorum*” para a realização da Sessão, deu-se início aos trabalhos.-----

Faziam parte da “Ordem de Trabalhos” da Sessão, previamente convocada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, *José António Sales Gomes*, os seguintes pontos:--

1. Análise e votação da acta da Sessão do dia vinte de Dezembro de dois mil e sete;-----

2. Período antes da Ordem do Dia;-----

3. Período da Ordem do Dia;-----

a) Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira; -----

b) Associação Distrital para a Sociedade de Informação – Solicitação para preenchimento da ficha de inscrição de sócio;-----

c) Deliberação de reconhecimento de um equipamento de interesse Municipal - Construção de um hotel rural;-----



d) Proposta de Projecto de Regulamento de Utilização das Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Pinhel; -----

e) Projecto Lei – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais;-----

4. Intervenção do Público. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pinhel deu as boas vindas ao Senhor António Manuel Santos Silva, uma vez que o mesmo se encontra a substituir o Deputado Municipal Carlos Alberto Pires Franco, que renunciou ao mandato, por motivos profissionais e solicitou ao novo membro a sua colaboração em prol do desenvolvimento do Concelho de Pinhel.-----

Seguidamente, solicitou aos membros da Assembleia Municipal que se procedesse a um minuto de silêncio, uma vez que tinha falecido o ex-Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, o Exmo Senhor Eng.º António dos Santos e acrescentou que irá ser feito um ofício à família a dar conhecimento de tal procedimento pelos deputados da Assembleia Municipal de Pinhel.-----

Continuando, deu conhecimento que os membros das Comissões procederam à eleição do Presidente de cada uma das Comissões e informou que o Presidente eleito pela Comissão de Economia foi o deputado Municipal João Marujo, o Presidente eleito pela Comissão de Cultura foi o deputado Municipal Alfredo Torres, o Presidente eleito pela Comissão de Poder Local foi o deputado municipal Sérgio Ferreira Paula e o Presidente eleito pela Comissão de Bem-Estar foi o deputado municipal Pedro Ivo.-----

Deu ainda conhecimento que a Comissão Permanente irá ser constituída pelos Presidentes eleitos por cada uma das referidas Comissões, pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelos líderes do PSD e do PS e solicitou ao Grupo Parlamentar do PS que indique o nome do seu líder, uma vez que o deputado Municipal Carlos Franco pediu a sua demissão.

Solicitou ainda ao Grupo Parlamentar do PSD que indique também o nome de um representante para fazer parte da Comissão Permanente, uma vez que o deputado Municipal João Marujo já se faz representar na Comissão da Economia.-----

A terminar, disse que a correspondência que foi enviada está relacionada com os pontos da Ordem de Trabalhos.-----



PONTO UM

1) Análise e votação da acta da sessão do dia vinte de Dezembro de dois mil e sete

Abertas as inscrições para análise e votação da acta da sessão do dia 20 de Dezembro de 2007, inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes (CDU), o Presidente de Junta de Freguesia de Santa Eufêmia, Adérito Rodrigues da Silva, Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS), Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS), Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP), Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD) e o Senhor Vereador Rui Manuel Saraiva Ventura.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dado a palavra saudou os presentes. -----

A terminar, disse que pela primeira vez não tem nada apontar à acta e que a mesma se encontra muito bem elaborada.-----

Presidente de Junta de Freguesia de Santa Eufêmia, Adérito Rodrigues da Silva:- Após lhe ter sido dado a palavra saudou os presentes. -----

As alterações propostas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia foram devidamente tidas em conta e encontram-se plasmadas na acta aprovada. -----

Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS): - Após lhe ter sido dado a palavra saudou os presentes. -----

As alterações propostas pelo Senhor Deputado Municipal foram devidamente tidas em conta e encontram-se plasmadas na acta aprovada. -----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dado a palavra saudou os presentes. -----

Seguidamente, congratulou-se com o elogio proferido pelo Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes a quem elaborou a acta, pois existe um trabalho árduo e muito difícil na sua redacção.-----



As alterações propostas pelo Senhor Deputado Municipal foram devidamente tidas em conta e encontram-se plasmadas na acta aprovada. -----

Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP):- Após lhe ter sido dado a palavra saudou os presentes. -----

Seguidamente, perguntou se faz parte de alguma Comissão, uma vez que tinha sido acordado que iria fazer parte de uma das Comissões.-----

Continuando, disse que é absurdo que quando falta apenas um ano e meio para o fim do mandato se estejam agora neste momento a constituir as referidas Comissões.----

A terminar, disse que repudia tudo o que foi colocado em acta, que afirma não ter dito e acrescentou que tudo o que disse não consta em acta.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que fica o seu repúdio mas ficam também registados em acta os dois votos de louvor dirigidos a quem elaborou a acta em aprovação.-----

A terminar, referiu que as Comissões tomaram posse na última Assembleia Municipal e que o nome do deputado municipal não foi indicado à Mesa.-----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD):- Após lhe ter sido dado a palavra saudou os presentes. -----

As alterações propostas pelo Senhor Deputado Municipal foram devidamente tidas em conta e encontram-se plasmadas na acta aprovada. -----

Vereador Rui Manuel Saraiva Ventura: - As alterações propostas pelo Senhor Vereador Rui Ventura foram devidamente tidas em conta e encontram-se plasmadas na acta aprovada. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs a acta à votação. ---

Posta à votação a mesma foi aprovada, por maioria, com um voto contra do Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP). -----

Período antes da Ordem do Dia



Abertas as inscrições, inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes (CDU), Gonçalo Cruz (PS), Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP), Jorge Matias (PSD), Carlos Ribeiro (PS), Pedro Ivo (PSD), Carlos Guimarães (PS), José Manuel Crus (PSD) e Adérito Silva, Presidente de Junta de Freguesia de Santa Eufêmia.-----

Deputado Municipal Jorge Matias (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Continuando, perguntou se existem novidades relacionadas com o novo Centro de Saúde, se já está com as obras em curso, para quando está prevista a sua conclusão e se já existe alguma novidade da ARS do Centro sobre a nova colocação de médicos no referido Centro, uma vez que já tem menos dois médicos.-----

A terminar, deu os parabéns ao executivo Municipal pela excelente organização da XIII Feira das Tradições e Actividades Económicas. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que tinha sido informado pelo Senhor Eng. Vítor Gonçalves, responsável pela Administração Regional de Saúde do Centro que a equipa do Avac se deslocaria ao novo Centro de Saúde, com o objectivo de fazer o levantamento do ponto de situação em que o mesmo se encontra e todo ele relacionado com o AVAC. -----

Continuando, disse que tinha estado com os funcionários responsáveis pelo AVAC, os quais lhe transmitiram que iriam estudar o problema, tendo em vista a conclusão das obras, por parte do empreiteiro que ganhou a adjudicação. -----

Seguidamente, disse que o Senhor Eng.º Vítor Gonçalves lhe tinha transmitido que todo o processo administrativo relacionado com a suspensão da obra por parte da Empresa Condop está resolvido e acrescentou que a Senhora Coordenadora da Sub-região de Saúde lhe tinha transmitido que o problema relacionado com o equipamento do novo Centro se encontra também resolvido.-----

Deu conhecimento que, no final do mês de Abril, as obras estarão concluídas para que se possa mudar para as novas instalações.-----

A terminar, disse que está muito preocupado com a reforma dos médicos do Centro de Saúde e acrescentou que tinha questionado a Dr^a Ana Botelho, no sentido de procurar saber como a Câmara Municipal irá resolver este problema, dado que os concursos têm ficado desertos.-----



Deputado Municipal Pedro Ivo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

Continuando, foi de parecer que a Comissão de Toponímia deveria atribuir o nome do ex – Presidente de Câmara falecido a uma rua da cidade de Pinhel. -----

Seguidamente, deu os parabéns ao Senhor Vereador Rui Ventura pela magnífica organização da XIII Feira das Tradições e Actividades Económicas e acrescentou que se deverá reflectir sobre a necessidade de se criarem outras infra-estruturas, dada a dimensão que a referida Feira tem actualmente.-----

Perguntou ainda quantas pessoas visitaram a referida feira, quantos expositores estiveram presentes e quais as freguesias que se fizeram representar na XIII Feira das Tradições e Actividades Económicas.-----

Disse que existem escoamentos das águas pluviais na Avenida junto ao Ecomarché, perguntando ainda para quando está prevista a resolução do problema do mau cheiro que vem das sarjetas espalhadas pela cidade, mais concretamente, junto ao troço dos móveis Ramalho. -----

Perguntou ainda a quem pertence o arranjo das rotundas que tanto dignificam a cidade de Pinhel e acrescentou que se deveria melhorar a manutenção dos semáforos da cidade, embora alguns ainda se encontrem vandalizados.-----

Adiantou que foi levantado o problema sobre as “ajudas” a que o Município não teria recorrido para as quais não tinha apresentado candidaturas ao “Fonima” do Ministério da Agricultura, tendo-se chegado à conclusão que essas mesmas candidaturas foram apresentadas. -----

Continuando deu os parabéns à Junta de Freguesia de Cerejo e ao Presidente da Câmara, uma vez que se preocupam com a preservação do património nomeadamente com a Fonte do Sapo, dado que é uma obra que deveria ser efectuada pelo IEP e acrescentou que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia deram o exemplo, efectuando a obra. -----

Seguidamente, perguntou ao Senhor Presidente o que tem a dizer sobre o assunto relacionado com a CPCJ, atendendo ao facto que o governo central tem feito grande “alarido” sobre o mesmo e perguntou se existe alguma previsão de actuação no concelho, em termos de planificação e melhoria da habitação do idoso carenciado. -----



O Senhor Presidente disse que irá transmitir à Comissão de Toponímia a sugestão apresentada pelo senhor deputado Municipal.-----

Continuando, disse que o preocupa o facto de os saneamentos e as sarjetas libertarem cheiros desagradáveis, explicando que isso acontece porque o colector não é separativo mas sim unitário e acrescentou que apenas serve para as águas pluviais e para as canalizações das águas residuais domésticas.-----

Seguidamente, disse que se os colectores se encontram partidos é lógico que libertam cheiros desagradáveis, dado que não funcionam.-----

Disse que no dia 25 de Abril de 2007 tinha sido assinado um protocolo relacionado com o programa de conforto habitacional para o idoso e acrescentou que o mesmo tinha sido enviado para as Juntas de Freguesia e para todas as IPSS do Concelho, com o objectivo de ajudarem a Câmara Municipal a fazer o levantamento das famílias carenciadas e dos idosos que poderiam estar em condições de se candidatarem ao referido programa. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal ajuda as famílias com um apoio de € 3.500,00 ou para equipamento ou para cedência de alguns materiais de construção, acrescentando que posteriormente a Câmara cede a mão-de-obra. -----

Referiu que a Câmara Municipal teve muitas dificuldades em encontrar famílias que se pudessem candidatar ao referido programa, dado que era obrigatório que as pessoas fossem utentes de um centro de dia e que houvesse o registo da sua própria casa.-----

Adiantou que está prevista a sua conclusão para meados do mês de Junho de 2008 e deu conhecimento que no dia 11 de Fevereiro saiu um Decreto-Lei que dizia que poderão vir ser simplificadas as regras, ou seja, o idoso terá de ter mais de 65 anos, terá de estar na sua casa há mais de 15 anos e terá de ser atestado pela própria junta que esse mesmo idoso reside nessa Freguesia também há mais de 15 anos. -----

A terminar, informou que numa 1ª fase foram apresentadas 11 candidaturas e que até à presente data só foram apresentadas ainda 5 candidaturas ao PCHI (Programa de Conforto Habitacional ao Idoso) e deu conhecimento que apenas duas candidaturas reúnem todos os requisitos necessários para a sua aprovação. -----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra alertou para o facto de a correspondência chegar tardiamente e solicitou ao Exmo



Senhor Presidente da Mesa que esse alerta seja tido em conta para que na próxima Assembleia, a correspondência seja enviada com mais antecedência.-----

Continuando, deu os parabéns ao Exmo Senhor Presidente da Câmara por ter mandado arranjar os semáforos junto ao ecomarché.-----

Seguidamente, disse que na Avenida Carneiro de Gusmão os automobilistas não respeitam os sinais, o que provoca alguns acidentes. -----

Acrescentou que existem contentores do lixo que se encontram no meio da via pública, nomeadamente, junto à loja da vodafone. -----

Perguntou, de imediato, se as placas de sinalização verticais estão certificadas. --

Acrescentou ainda que consta na primeira acta do executivo municipal que o Senhor Vereador Rui Ventura votou contra a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de PíNZio, porque o Presidente em causa votou contra o orçamento. -----

Seguidamente, cingiu-se ao que foi colocado em acta e muito sinteticamente disse que o Senhor Vereador Rui Ventura não poderia votar a favor dessa mesma atribuição, dado que não estaria a ser correcto perante os restantes Presidentes de Junta que votaram a favor do mesmo e perguntou, de imediato, se um Presidente de Junta terá de ser discriminado só porque votou contra o orçamento municipal. -----

A terminar, perguntou se está prevista a abertura de um lugar de dirigente para o Departamento de obras e se esse lugar se destina ao deputado municipal Alfredo Torres.-----

O Senhor Presidente disse que o caixote do lixo não está no meio da Avenida Carneiro de Gusmão, dado que o referido caixote foi colocado no parque de estacionamento e acrescentou que o mesmo dispõem de um suporte, mas que irá procurar saber o que se passa com este assunto. -----

Continuando, referiu que todas as placas se encontram normalizadas e que até ao momento ainda não estão devidamente aprovadas pelo Município de Pinhel nem numeradas, uma vez que é muito complicado registarem-se essas mesmas placas.-----

A terminar, disse que o que se comenta sobre a abertura de um concurso para um director de departamento de obras e que o mesmo irá ser ocupado pelo deputado municipal Alfredo Torres não tem veracidade nenhuma, dado tratar-se de mera especulação. -----



Presidente de Junta de Freguesia de Santa Eufémia, Aderito Silva:- Após lhe ter sido dada a palavra apresentou a seguinte declaração política: “ o orçamento e plano de actividades são peças fundamentais para o funcionamento das instituições. Por imperativo de consciência cívica, nunca votei contra estes instrumentos, manifestando quando é o caso, a minha discordância, através da abstenção na votação. Que fique bem claro que com esta postura cívica, não estou vinculado a nada nem ninguém e rejeito qualquer tipo de mordaza”. -----

Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

Seguidamente, disse que teve conhecimento através da comunicação social que a taxa de IRS vai reverter para as câmaras municipais e acrescentou que a câmara municipal da guarda vai baixar a taxa do IRS. -----

Continuando, referiu que não entendeu a explicação dada pelo Exmo Senhor Presidente da Câmara, na última assembleia municipal relativamente a esta matéria. ----

Acrescentou que o que entendeu da nova lei foi que as câmaras municipais tinham a oportunidade de não receber os 5% da percentagem do IRS. -----

Disse que teve conhecimento que tinha sido enviado um inquérito aos utilizadores adultos pelo serviço de refeição que foi contratualizado e perguntou se já existem resultados correctos de satisfação relacionados com esses mesmos serviços e se está a pensar levá-los a público. -----

Deu ainda os parabéns ao executivo pela alteração de prioridade no cruzamento da Malta e chamou a atenção para o facto de nessa mesma Rua ser colocado um sinal de sentido proibido a pesados permanente, uma vez que existem muitas queixas apresentadas pelos responsáveis da pedreiras. -----

Acrescentou que o Deputado Municipal Pedro Ivo disse que a Câmara Municipal foi acusada por não ter apresentado algumas candidaturas e perguntou que candidaturas são essas a que se está a referir. -----

A terminar, disse que existem “blogs” e, na sua opinião, são meios de comunicação como o é a rádio, os jornais e a televisão, devendo ser usados com cidadania e acrescentou que não vê problema que sejam utilizados, desde que, sejam devidamente assinados.-----



O Senhor Presidente disse que a Câmara Municipal não baixou o IRS nem o IRC apenas o manteve.-----

Continuando, referiu que está de acordo com o deputado quando diz que na rua do Calvário deveria ser colocado um sinal de trânsito proibido a pesados permanentemente. -----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Continuando, disse que encontram-se permanentemente carros estacionados na Avenida Carneiro de Gusmão, o que coloca em risco a integridade física das pessoas e dos condutores, os quais são obrigados a infringir o código da estrada, uma vez que ao ultrapassarem esses mesmos carros pisam o risco continuo, e deste modo, solicitou ao Presidente da Câmara que proceda à colocação de algumas placas de estacionamento proibido nessa mesma Avenida ou então que se criem novas zonas de estacionamento.--

Continuando, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já lhe pode dar os esclarecimentos solicitados na última Assembleia Municipal de Pinhel e relacionados com os livros doados pelo ilustre advogado Dr.º Mário Canotilho à Câmara Municipal. -

Seguidamente, disse que o PS e a CDU tiveram o cuidado de integrar o deputado municipal Eduardo Magro dos Reis numa comissão dado o seu perfil técnico. -----

O Senhor Presidente da Mesa disse que é um esclarecimento que terá dar ao deputado em causa e não à Assembleia Municipal, dado tratar-se da vida interna do Partido Socialista. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que se a Câmara Municipal retirasse o trânsito da faixa descendente, iria fazer com que todos os comerciantes daquela zona se revoltassem e acrescentou que o que inicialmente estava previsto eram duas faixas descendentes sem estacionamento e deu conhecimento que tinha recebido, de imediato, uma reclamação dos comerciantes da Avenida, visto que afirmaram que esta solução os iria prejudicar. -----

Continuando, disse que essa não é a sua opinião mas que é a opinião dos comerciantes e eis a razão pela qual a Avenida se encontra nessas condições, não se podendo agradar a todos e solicitou aos seus utilizadores algum civismo. -----

A terminar, pediu ainda desculpa perante o facto de ainda não ter tratado do assunto dos livros doados pelo Dr. Mário Canotilho à Câmara Municipal. -----



Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes. -----

Acrescentou que já passaram mais de dois meses desde a última Assembleia Municipal e a variante da Malta ainda continua fechada, quando na verdade aquele troço já se encontra pronto há quase três anos e ainda permanece fechado. -----

Continuando, disse que estranha que não tenha sido apresentada nenhuma proposta de revisão do PDM, quando tem conhecimento que o plano se encontra em revisão há mais de 7 anos e acrescentou que é tempo demais para que não se apresente a versão definitiva do mesmo à Assembleia Municipal, uma vez que assistimos diariamente a violações da REN e da RAN. -----

Seguidamente, disse que em assembleias municipais anteriores tinha solicitado ao Presidente da Câmara que lhe fizesse chegar o nome dos avançados, uma vez que o deputado municipal Alfredo Torres é técnico da Autarquia e desempenha as funções de professor na Escola Secundária de Pinhel, não acreditando que seja nomeado também a Director de obras. -----

A terminar, disse que teve conhecimento na última Assembleia Municipal da existência de “blogs” e, uma vez que lhe foi remetido um e-mail anónimo, acrescentou que tinha verificado que existe um blog muito bem feito, cujo teor subscreve totalmente, mesmo não sabendo quem são os seus autores, desejando que os mesmos se identifiquem.-----

O Senhor Presidente disse que a variante contínua por abrir e que tinha tido o cuidado de falar com o Senhor Director de Estradas de Portugal para saber qual é o ponto de situação relativamente a esta matéria e acrescentou que o mesmo não lhe deu informação nenhuma, uma vez que um administrador da Empresa Estradas de Portugal encontra-se fora do país. -----

Continuando, disse que concorda com o deputado Municipal quanto à revisão do PDM e acrescentou que a Câmara Municipal terá de procurar saber por que razão o mesmo se encontra parado.-----

Seguidamente, referiu que enquanto não tiver pronto o PNOT e o PROT não faz sentido que haja a revisão do PDM.-----

Continuando, disse que enquanto a nível regional e nacional não estiverem definidos os planos nacionais e regionais os PDM estão todos parados.-----



Disse que terá de existir uma consonância entre os planos regionais e os planos nacionais. -----

Acrescentou que os nossos planos terão de estar em consonância com os planos regionais do território e, uma vez que nenhum dos dois estão aprovados deu conhecimento que este impasse prejudica o Plano Director Municipal, dado que não há áreas urbanas nos nossos núcleos rurais, o que traz uma dificuldade acrescida para quem quer construir. -----

Acrescentou que o deputado Municipal é avençado da Câmara Municipal mas que tudo o que se comenta pela cidade é tudo mentira.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou se já tinha sido solicitado o parecer do Tribunal de Contas relacionado com a constituição da parceria publico - privada, se já tinha sido remetido e se já existem notícias sobre esse mesmo assunto. -----

Continuando, perguntou ainda como a Câmara irá resolver o problema de as Freguesias de Pínzio e Alverca da Beira estarem sem médico. -----

Seguidamente, perguntou também como a Câmara Municipal vai resolver o problema dos transportes na Freguesia de Alverca da Beira que permita que as pessoas se desloquem para Pinhel. -----

Disse que o problema do cruzamento da variante da Malta está muito bem resolvido.-----

Acrescentou ainda que a revisão do mapa judiciário irá provocar o encerramento do tribunal da comarca ou o esvaziamento do seu conteúdo, onde estará só um funcionário para receber os processos, o que fará com que as populações tenham de se deslocar à Cidade da Guarda para resolver os problemas, o que na sua opinião é muito mau, dado que o Governo Central quer fazer com que as pessoas com poucos recursos financeiros não tenham acesso à justiça, ficando registado, em acta, uma via de assobios ao Senhor Primeiro Ministro, Eng.º José Sócrates. -----

Seguidamente, apresentou uma proposta (documento n.º 5 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à acta, por fotocópia) e perguntou o que o executivo pensa sobre esta matéria. -----



Referiu ainda que os deputados da CDU na Assembleia da República apresentaram uma proposta de desenvolvimento integrado para o distrito da Guarda, onde fazem uma análise detalhada do mesmo. -----

Continuando, disse que fazem muitas propostas e não dizem apenas o que está mal e adiantou que os preocupa o interior e o referido distrito, apesar de não terem sido eleitos pelo circulo da Guarda, combatem a desertificação com o aproveitamento racional dos recursos endógenos e definem o apoio financeiro e técnico da modernização, implementam medidas de apoio diversificado, definem critérios na aplicação dos fundos do QREN e promovem o desenvolvimento do mundo rural (documento n.º 6 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à acta, por fotocópia). -----

A terminar, disse que quanto à acta referida pelo deputado municipal Carlos Guimarães relacionada com a não atribuição de subsídios à Junta de Freguesia de Pínzio referiu que quem se deverá pronunciar deverão ser os próprios Presidentes de Junta de Freguesia. -----

O Senhor Presidente disse que não existem grandes desenvolvimentos sobre a parceria público privada, apesar dos muitos pareceres que existem sobre o assunto, porque tudo depende das linhas de acção que forem definidas no QREN e informou que não se sabe o que irá ser o QREN a curto prazo.-----

Continuando, disse que a ANMP já questionou o Governo relativamente a esta matéria mas que ainda não se sabe realmente quando estão disponíveis todos os programas, sabendo-se apenas que há algumas modernizações, há para alguns empresários e para algumas energias renováveis.-----

Seguidamente, referiu que só se poderá falar em parceria público privada se não houver enquadramento em termos de fundos comunitários.-----

Disse que a Câmara Municipal poderá fazer uma parceria público privada na zona industrial, construindo os pavilhões da Câmara e os pavilhões no lote 8 e 9 da ampliação da zona industrial.-----

Acrescentou que já se deslocam às freguesias de Alverca da Beira e de Pínzio desde o princípio de Fevereiro dois médicos duas vezes por semana.-----

Pedi desculpas ao deputado Municipal mas não lhe poderá responder à questão dos meios de transporte porque ainda não tratou do assunto.-----

Adiantou que está muito preocupado com o encerramento do tribunal de Pinhel.-



Deputado Municipal José Manuel Cruz (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que a afirmação proferida pelo deputado Municipal Carlos Guimarães relacionada com a abertura do concurso e que o mesmo já estava destinado ao deputado municipal Alfredo Torres, referiu que esta afirmação não tem fundamento nenhum.-----

Continuando, perguntou em que fase se encontra a situação de implementação de indústrias junto ao nó de Pínzio, dado que teve conhecimento que na zona industrial irão implementar-se investidores que irão criar um grande número de postos de trabalho. -----

Seguidamente, referiu que não tem dúvidas que o Presidente da Freguesia de Pínzio está satisfeito com a implementação destas indústrias, dado que não é importante para a sua Freguesia mas também para o concelho de Pinhel. -----

Perguntou ainda para quando está prevista a laboração da fábrica de aglomerados de madeiras na ex- fábrica ROHDE. -----

A terminar, endereçou um agradecimento ao executivo municipal pela forma como decorreu a 13ª Feira das Tradições e Actividades Económicas. -----

O Senhor Presidente disse que teve uma reunião com o Senhor Presidente de Junta de Pínzio e com um dos potenciais investidores, o qual ainda está a negociar os terrenos e acrescentou que o empresário interessado em instalar uma indústria de metais não ferrosos esteve reunido com ele e com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia para negociar dois a três artigos de terreno, não sabendo se chegaram a acordo ou não. --

Disse ainda que existe ainda um outro contacto de um senhor que quer instalar a sua indústria junto ao nó de Pínzio.-----

Adiantou que quanto à laboração da fábrica de aglomerados de madeiras foi-lhe transmitido que no mês de Março iria estar alguém em formação e a partir do mês de Maio poderia já existir algum equipamento na referida fábrica para que a mesma possa começar a laborar.-----

Acrescentou ainda que o industrial lhe transmitiu que poderá vir a ampliar as suas instalações, com o objectivo de fazer o transbordo das outras fábricas para esta mesma fábrica e depois se deslocar para Espanha. -----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que não tinha feito nenhuma afirmação mas sim uma questão quando perguntou se



o concurso para a entrada de um director de Departamento de obras e se esse mesmo lugar era para o deputado Municipal Alfredo Torres.-----

O Senhor Presidente deu ainda conhecimento do processo que está em tribunal relacionado com a barragem e com a ETA de Vascopeiro, uma vez que recebeu via fax alguma documentação e acrescentou que irá solicitar a colaboração dos juristas.-----

Continuando, disse que o executivo não deverá tomar nenhuma decisão sobre o assunto, sem que escute os juristas e os deputados municipais. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente leu aos deputados municipais o fax remetido pelo advogado que representa o Município de Pinhel neste processo, Dr. Américo Botelho (documento nº 7 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta, por fotocópia). -----

A terminar, disse que se algum deputado municipal desejar consultar o processo, o mesmo ser-lhe-á facultado.-----

O Senhor Vereador Rui Ventura disse que votou contra a atribuição do subsídio à Junta de Freguesia de Pínzio, uma vez que não concorda com o facto de serem aprovados subsídios avultados para determinadas obras nessa mesma Freguesia, dado que o executivo não estava a ser correcto perante o que definiu no plano e orçamento. --

Continuando, disse que estaria “a trair” todos os presidentes de junta que votaram a favor o orçamento e acrescentou que gostava que o orçamento fosse mais ambicioso.-----

Seguidamente, reiterou que não lhe podem pedir que faça uma “traição” a todos os outros presidentes de junta que votaram a favor do orçamento, dado que também desejam mais obras para as suas freguesias e acrescentou que não quer dar subsídios a uma junta de freguesia pela “porta do cavalo”. -----

Acrescentou que se o presidente de junta de freguesia de Pínzio, em 2009, votar a favor do orçamento e aceitar as condições, eventualmente poderá votar a favor da atribuição de alguns subsídios para essa mesma freguesia. -----

Quanto à 13ª Feira das Tradições agradeceu os elogios que lhe foram dirigidos e acrescentou que se deve ao esforço de muitos funcionários quer da empresa quer da câmara municipal que colaboraram na referida feira.-----



Continuando, informou que se está a reformular o site da câmara municipal, no sentido de se criar um fórum, onde as pessoas terão de estar devidamente identificadas.-

Seguidamente, disse que este ano introduziu-se um bilhete simbólico de 1 € na 13ª Feira das Tradições, o qual que dava acesso quer ao espectáculo quer à entrada, o que permitiu que se pudesse contabilizar o número de pessoas que estiveram presentes na referida feira, ou seja, cerca de 8622 pessoas.-----

Acrescentou que a dimensão que a feira tem actualmente vai fazer com que se reveja o seu formato e acrescentou que apenas existiu um problema que foi o facto do desfile carnavalesco não ter saído no domingo, em virtude de as condições climatéricas não terem sido as melhores.-----

Adiantou que irá solicitar à comunidade escolar que volte ajudar a câmara municipal na realização do desfile carnavalesco no próximo ano.-----

Continuando, disse que se procedeu à avaliação das refeições através de um inquérito e deu conhecimento que apesar de no início as coisas não terem corrido da melhor forma, o serviço foi evoluindo de dia para dia.-----

Seguidamente, disse que no documento foram colocadas recomendações e sugestões que a Empresa municipal vai ter em conta no que respeita às ementas, uma vez que existe o problema da quantidade da salada. -----

A terminar, disse que se algum dos senhores deputados quiser o referido documento, o mesmo será remetido pelo Gabinete de Educação para conhecimento dos mesmo.-----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que se todos os presidentes de junta votarem contra o orçamento em 2009 então nenhum presidente de junta irá ter direito à atribuição de subsídios. -----

O senhor vereador Rui Ventura disse que não tinha dito isso e que enquanto vereador não aceita que sejam dados subsídios avultados para obras, porque uma coisa é aprovar um pequeno subsídio e outra é aprovar um subsídio avultado.-----

Continuando, disse que se comentava nos blogs que tinha forçado a votação na CPCJ, quando as votações nunca foram secretas e acrescentou que como bom defensor da democracia que é, após a sua eleição as votações passaram a ser secretas.-----

Seguidamente, disse que está satisfeito por estar à frente de uma instituição que lhe merece todo o respeito, mas que ainda tem muito que fazer e acrescentou que na



próxima assembleia municipal irá ser apresentado o relatório da CPCJ para conhecimento dos senhores deputados municipais. -----

A terminar, disse que existem 41 processos abertos e que existe uma excelente colaboração entre a procuradoria e a instituição e acrescentou que irá dar todas as respostas aos senhores deputados municipais, dentro das normas estabelecidas pela comissão alargada, uma vez que não se pode divulgar os nomes das crianças.-----

Deputado Municipal José Manuel Cruz (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou de onde vem o problema da barragem e da ETA de Vascoveiro, de que gerência autárquica, quem foram os intervenientes e porque se chegou a esta situação. --

O senhor presidente disse que não acompanhou o processo desde o início e acrescentou que foi confrontado pela empresa Conduril, a qual lhe solicitou uma indemnização de milhões de euros por parte do incumprimento da câmara municipal.----

Seguidamente, referiu que lhes tinha transmitido que não iria pagar nada e que se quisessem poderiam colocar a câmara municipal em tribunal. -----

Seguidamente disse que existiu um diferendo desde o início entre a fiscalização e o director da obra, o que fez com que a Conduril não concluísse a obra.-----

Acrescentou que existem 2 processos relacionados com a barragem e com a ETA, as quais desde 2001 passaram a ser da responsabilidade da empresa Águas do Zêzere e Côa e acrescentou que a câmara municipal não aceita que a barragem seja integrada na concessionária.-----

Adiantou que existiu boa fé por parte da câmara municipal naquela altura em querer resolver o problema para que as populações tivessem água o mais rapidamente possível e referiu que existiu a possibilidade de a autarquia imputar as culpas por atrasos na obra por parte ao empreiteiro adjudicatário.-----

Seguidamente, disse que houve uma negociação de boa fé e existiu alguém que perdoou as multas ao empreiteiro enquanto não estivesse o assunto completamente resolvido.-----

A terminar, disse que se deveria avançar com o processo para se apurar a responsabilidade e afirmou que pelos relatórios que leu da fiscalização se a câmara municipal for condenada passará a não acreditar na justiça.-----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS



- a) *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira*

O Senhor Presidente procedeu à leitura da sua informação escrita (documento n.º 8 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta, por fotocópia).-----

O Senhor Presidente deu conhecimento que o défice da Câmara Municipal ronda os 107.588,72 € e que a dívida que a autarquia tem para com a empresa Águas do Zêzere e Côa ronda os 669.457,05 €. -----

Continuando, disse que está preocupado com esta dívida, uma vez que o que se recebe da água e a facturação que a empresa apresenta não se consegue contrabalançar a dívida.-----

Seguidamente, disse que com a abolição da taxa do aluguer do contador, o consumo por m³ da água terá de subir para contrabalançar-se tudo isto, o que irá ser mais uma penalização para os munícipes.-----

A terminar, disse que existe uma forma de liquidar esta dívida através do “Programa pagar a tempo e horas”.-----

Abertas as inscrições inscreveram-se os deputados municipais Carlos Ribeiro (PS), Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP) e João Marujo (PSD).-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que se solidariza com o documento, uma vez que os juristas têm dificuldades em compreender os diplomas legais.-----

Continuando, disse que esses documentos deveriam ser entendidos e não deveriam perturbar a criação de riqueza, nem perturbar o desenvolvimento da economia e o bem-estar social das populações. -----

Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que se solidariza com a mensagem transmitida pelo Presidente da Câmara, dado que o QREN já foi anunciado e ainda não teve o seu arranque e acrescentou que este facto terá de ser denunciado, porque o governo usa e abusa da propaganda política, anunciando medidas que depois acabam por não acontecer. -----



Continuando, disse que o país está suspenso praticamente desde 2005 altura em que se esgotaram as verbas do 3º quadro comunitário de apoio.-----

Seguidamente, referiu que afecta todos os sectores de actividade desde as autarquias até aos demais sectores de actividade e acrescentou que ainda afecta a circunstância de termos um quadro desfavorável de uma economia que tarda em arrancar.-----

Disse que se solidariza com os agricultores portugueses, porque pela 1ª vez não é cumprido o calendário de pagamento, e deste modo os agricultores ainda não receberam as ajudas directas a que tinham direito no âmbito da PAC do ano 2007.-----

Acrescentou que é uma situação muito grave se se pensar que o Ministro da Agricultura tomou a atitude contrária àquela que tinha anunciado ao país no ano de 2005 quando mandou suspender o pagamento das agro-ambientais em 2005.-----

Adiantou que o Ministro da Agricultura tinha dito que iria pagar as indemnizações compensatórias às regiões desfavorecidas do interior e acrescentou que agora tem uma postura completamente diferente, porque pagou tudo às regiões desfavorecidas, através do regime de pagamento único e não pagou às regiões mais desfavorecidas as indemnizações compensatórias. -----

A terminar, disse que o CDS/PP solidariza-se com os agricultores portugueses, dado que continuam ainda à espera desse pagamento desde Agosto de 2007.-----

Deputado Municipal João Marujo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou em que situação se encontra o projecto da RAADE do Carvalho das Gouveias e para quando a sua previsão. -----

O Senhor Presidente disse que a Câmara Municipal está a suportar integralmente as RADES do Sorval, Póvoa D'El Rei e Carvalho da Atalaia, expensas próprias da câmara municipal sem fundos comunitários.-----

Continuando, disse que as comissões nunca reuniram em termos de QREN e acrescentou que a câmara municipal está a suportar integralmente as referidas RADES na expectativa de as poder incluir e lançar a concurso em 2008 com retroactividade e elegibilidade a 2007.-----

Seguidamente, disse que transmitiu aos senhores presidentes de junta que não irão lançar estas 3 obras a concurso sem saber se existe a possibilidade de candidatar as outras RADES e acrescentou que os projectos de Penhaforte e Agromil estão prontos enquanto o projecto do Carvalho das Gouveias está em execução. -----



*Associação Distrital para a Sociedade de Informação – Solicitação para
preenchimento da ficha de inscrição de sócio*

O senhor presidente disse que tem sido uma associação que tem sido alvo de polémica, dado que arrancou tardiamente e acrescentou que as coisas não correram bem para as autarquias, uma vez que poderiam ter sido apresentado uma candidatura.-----

Continuando, disse que os municípios não ficaram contentes, dado que queriam ver contempladas mais verbas para as suas modernizações ao nível do equipamento informático quer ao nível do software quer ao nível do hardware.-----

Seguidamente, disse que as autarquias já se reuniram com outras entidades que se propunham em avançar com este processo e acrescentou que foi deliberado continuar na ADSI, nomeadamente nas candidaturas da primeira convocatória que está aberta para a modernização administrativa.-----

Acrescentou que a ADSI propõe a cotização de 600,00 euros e acrescentou que tem uma dúvida, a qual se prende com a manutenção do central center. -----

Disse que a ADSI tem um central center próprio e que no país há poucas firmas que dispõem deste central center próprio para a partir daí “manarem” toda a informação.-----

A terminar, disse que foi essa questão que as autarquias colocaram no sentido de saber quanto vai custar esse central center e acrescentou que o estudo que está feito aponta para a auto sustentabilidade do referido central center em termos financeiros. ----

Abertas as inscrições, inscreveu-se os Senhores Deputados Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU) e Carlos Ribeiro (PS).-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que espera que tudo corra como foi transmitido pelo Senhor Presidente da câmara, dado que é mais uma associação, à qual o município vai aderir e acrescentou que a adesão a esta associação traga benefícios para a autarquia. -----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que após a leitura do ofício colocou-se-lhe uma dúvida, uma vez que se refere no ofício



que poderá não ser esta a quota a pagar pelo Município de Pinhel, dado não ter existido consenso entre os membros da ADSI, podendo a mesma vir a ser alterada. -----

O Senhor Presidente disse que tinha questionado a ADSI quanto a esse facto e que os mesmos lhe tinham transmitido que irá ser esse valor a pagar pelo Município de Pinhel.-----

Continuando, disse que os benefícios prendem-se com a informática e com os nossos portais, dado que a Guarda Digital vai apresentar candidaturas ao SAMA quer em termos de software, de hardware quer em termos da própria formação.-----

Disse que as vantagens estão ligadas à informática vai estar ligada a esta Associação e acrescentou que se irá deixar de pagar encargos que temos com outras associações.-----

A terminar, disse que a sua preocupação prende-se com as contas se vão ou não ser as mesmas por causa da manutenção do datacenter.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a alínea b) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

*Deliberação de reconhecimento de um equipamento de interesse Municipal -
Construção de um hotel rural*

O Senhor Presidente disse que o investidor apresentou uma proposta com um número inferior a 40 quartos e quando elaboraram o estudo financeiro disse que alguém lhe tinha dito que eventualmente não teria rentabilidade e, deste modo, o investidor em causa subiu a proposta para 40 quartos.-----

Continuando, disse que a localização do hotel rural fica na estrada que vai para Almeida perto do cruzamento que dá acesso à localidade da Quintã dos Bernardos, imediatamente a seguir ao cruzamento que entra na variante do lado esquerdo, numa propriedade que está encostada ao troço da estrada velha que pertence à câmara municipal.-----



A terminar, disse que o requerente apenas solicita que seja declarado de interesse municipal do investimento nos termos do artigo 22 do PDM e acrescentou que existe uma informação técnica.-----

Abertas as inscrições inscreveram-se os deputados municipais Carlos Ribeiro (PS) e Paulo Álvaro (PSD). -----

Deputado municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que lhe ocorreu uma dúvida perante o facto de se declarar de interesse municipal este investimento com a devida arquitectura rústica, uma vez que recreia o turista a nível interno e externo e de seguida citou um pensamento de um pensador alemão que diz “ o homem é o que come” e acrescentou que perante esta aprovação, o turista antes de comer com a boca deverá comer também com a alma.-----

A terminar, chamou a atenção do responsável para o facto de criar um espaço e nasça um edifício arquitectónico agradável não só para a natureza psíquica mas também a fisiológica.-----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que constantemente os deputados municipais são confrontados com pedidos de declaração de interesse municipal sem que os critérios estejam definidos e acrescentou que não coloca em causa o investimento em si dado que o concelho de Pinhel tem falta de investimento e necessita da criação de postos de trabalho.-----

Continuando, referiu que o parecer do técnico parece não ser necessário nesta fase, dado que se confrontou com 2 decisões à priori contraditórias, ou seja, o parecer técnico ia no sentido contrário à decisão política e acrescentou ainda que se o parecer técnico não é indispensável então não deveria vir na acta. -----

Seguidamente, disse que não concorda com o facto de existir um parecer que é de alguém que é da área e perguntou, de imediato, se não seria mais correcto propor ao promotor que salvaguardasse a integração da construção na construção da paisagem rural e só depois pedir o parecer à assembleia municipal de interesse municipal, dado que se estaria a salvaguardar o investimento e decisão política. -----

O senhor presidente disse que o investidor tem de propor apenas o que quer fazer dado que o artigo 22 do PDM refere que fora das zonas devidamente localizadas para o



efeito só pode fazer investimentos hoteleiros ou turísticos desde que seja declarado o interesse municipal para o efeito.-----

Continuando, disse que o técnico quando se pronuncia relativamente a este assunto fez uma coisa que não deveria ter feito, ou seja, o assunto não teria de vir ao executivo e à assembleia.-----

Disse ainda que o investidor só tem que colocar a localização do investimento, a área da propriedade e se a mesma está de acordo com o Regulamento do PDM para mandar fazer um projecto ou um estudo prévio para o submeter à aprovação do serviço e assim é que estaria correcto para não gastar dinheiro com um projecto que a assembleia poderá vir a indeferir. -----

Acrescentou que o técnico não tinha que se pronunciar sobre a planta de localização e disse que tinha aconselhado o investidor a levar o parecer do técnico, porque concorda com ele, dado que o terreno é acidentado e inclinado, e assim sendo há que fazer um estudo, por forma a que se agarre o edifício ao próprio terreno. -----

A terminar, disse que contabilizar em termos de arquitectura e em termos de investimento as coisas não são fáceis mas existem soluções para o efeito. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a alínea c) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Proposta de Projecto de Regulamento de Utilização das Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Pinhel

Abertas as inscrições, inscreveram-se os deputados municipais Rita Capelo (PSD), Carlos Ribeiro (PS), Ricardo Avelãs Nunes (CDU) e Carlos Guimarães (PS). ---

Deputada Municipal Rita Capelo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra apresentou uma proposta de alteração ao projecto de Regulamento de Utilização das Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Pinhel devido ao facto de existirem incorrecções e terem sido citados diplomas legais que se encontram revogados



(documento nº 9 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta por fotocópia). -----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que no artigo 6 deverá ser corrigido o termo aluguer pelo termo arrendamento, dado que o termo arrendamento versa sobre coisa imóvel enquanto o termo aluguer versa sobre coisa móvel.-----

A terminar, disse que se deverá também corrigir o termo cedidas/alugadas para o termo cedidas para uso e utilização.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra congratulou-se com o facto de a deputada Municipal Rita Capelo ter feito um trabalho exaustivo sobre o referido Regulamento, dado que eram citados diplomas legais que se encontravam revogados. -----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra e relativamente ao artigo 7º perguntou quem é que passa o recibo se é a câmara ou a empresa municipal.-----

O Senhor vereador Rui Ventura disse que o referido Regulamento foi feito pelos técnicos de desporto da Câmara Municipal, tendo passado pelo gabinete jurídico e relativamente ao artigo 7º disse que o Pavilhão Multiusos é propriedade do Município de Pinhel e acrescentou que as regras são transmitidas pela Câmara à Empresa Municipal, dado que existe um contrato comodato entre ambas as partes.-----

Continuando, disse que o contrato refere que quem passa o recibo é a Empresa municipal, dado que é ela quem faz a manutenção e acrescentou que quando a Câmara Municipal passa o edifício passa também o regulamento e a Empresa terá que cumprir as regras que estão definidas no presente Regulamento.-----

A terminar, disse que a empresa municipal não recebe nenhum edifício sem que este esteja devidamente contratualizado. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a alínea d) à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas pelos Deputados Municipais Rita Capelo e Carlos Ribeiro.-----



Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Projecto Lei – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais

Abertas as inscrições, inscreveram-se os deputados municipais Carlos Ribeiro (PS), Ricardo Avelãs Nunes (CDU), Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP), Gonçalo Criuz (PS), Pedro Ivo (PSD), João Marujo (PSD) e o Presidente de Junta de Fregeusia de Santa Eufémia, Adérito Silva.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS): - Após lhe ter sido dada a palavra disse que cada documento merecia um ponto específico na ordem de trabalhos e acrescentou que na sua perspectiva deveríamos estar na presença de um documento, cuja autoria seria pertença da câmara municipal de Pinhel depois de ter recebido estes documentos. -----

A terminar, disse que a convocatória subscrita pelo Presidente da Assembleia Municipal, onde foi solicitado aos deputados municipais que apreciassem os 3 documentos foi de parecer se deveria não só apreciar mas também analisar, discutir e aprovar um documento da autoria da Câmara Municipal de Pinhel. -----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra apresentou uma moção (documento nº 10 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta, por fotocópia.) -----

A terminar, disse que este projecto lei retira o direito aos presidentes de junta de votarem as Grandes Opções do Plano e Orçamento, esvazia a assembleia municipal do seu conteúdo e permite ao Presidente da Câmara escolher de entre os membros da assembleia a restante vereação quando hoje se vota para o 1 para o segundo e assim sucessivamente. -----

Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP): - Após lhe ter sido dada a palavra disse que ao ser aprovada esta lei, nas próximas eleições, não se justifica



que o CDS e a CDU concorram às eleições, vista que lhe está cortada a hipótese de eleger algum vereador.-----

Continuando, disse que esta nova lei eleitoral pretende fazer com que os grandes partidos tenham lugar e passa a ter a possibilidade de ter o executivo na sua totalidade e acrescentou que embora a lei actual diga que a assembleia municipal fiscaliza o executivo, o que não é verdade, dado que apenas se pronunciam sobre os pontos que são agendados pelo executivo municipal.-----

A terminar, disse que o CDS é contra a alteração da lei.-----

Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS): - Após lhe ter sido dada a palavra disse que não concorda com a moção apresentada pelo deputado da CDU, uma vez que vai no seguimento das apresentadas e acrescentou que concorda com este projecto de lei, dado que a maior parte das pessoas não sabem qual o dever da assembleia municipal e para que serve e quais são os seus poderes. -----

Continuando, disse que a assembleia municipal tem poderes limitados e foi de parecer que a assembleia municipal deveria elaborar uma moção, onde deveriam ser colocados aspectos de concordância e de discordância e referiu que discorda com o facto de os presidentes de junta não poderem votar as grandes opções do plano e orçamento.-----

Seguidamente, disse que o executivo deve confiar nos restantes membros e deve ser só de um partido se não existir coligação e acrescentou que a assembleia municipal tem a função fiscalizadora e controlo do executivo, devendo ver os seus poderes reforçados. -----

A terminar, disse que concorda com o projecto-lei apresentado. -----

Deputado Municipal Pedro Ivo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que o Governo Central quer fazer com que os presidentes de junta passem a ser meras figuras decorativas, dado que é a eles que a população recorre para resolver os problemas e acrescentou que não concorda com o projecto de lei apresentado, devendo defender-se a democracia.-----



Deputado Municipal João Marujo (PSD): - Após lhe ter sido dada a palavra apresentou uma moção de rejeição (documento nº 11 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta por fotocópia.)-----

Presidente de Junta de Freguesia de Santa Eufémia, Adérito Silva: - Após lhe ter sido dada a palavra apresentou uma proposta (documento nº 12 que aqui se dá como integralmente reproduzido e vai ser anexado à presente acta por fotocópia.). -----

O Senhor Vereador Rui Ventura disse que não se revê nesta lei e acrescentou que a assembleia tem a função fiscalizadora, tendo apenas de os senhores deputados de saber usar os meios que têm ao seu dispor. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a moção apresentada pela CDU à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi rejeitada, por maioria, com 5 votos a favor, 3 abstenções e um voto contra.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a moção de rejeição apresentada pelo PSD à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com 5 abstenções e um voto contra.-----

Aditado

f) Pedido de rectificação da deliberação tomada no dia 20 de Dezembro de 2007- ponto 3 – Proposta de Alteração do Quadro de Pessoal com retroactividade

Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria da Luz Moreira Neves Duarte:- Após lhe ter sido dada a palavra disse que na Sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia 20 de Dezembro de 2007 tinha sido aprovada uma alteração ao quadro de pessoal e disse que durante o desenvolvimento do processo se tinha verificado que poderia ter outro desenvolvimento, onde foi dado conhecimento aos Senhores Deputados Municipais que dois funcionários tinham solicitado a abertura de



concurso de promoção e que em ambos os casos o quadro informava de algumas dificuldades.-----

Seguidamente, lembrou que o processo do assistente administrativo encontra-se ainda por resolver e acrescentou que o processo do técnico superior generalista, destinado a uma pessoa da área de turismo e, uma vez que a Assembleia aprovou a alteração ao quadro de pessoal e a designação de técnico generalista, e deste modo, os serviços cumpriram a deliberação tomada pela Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido publicado no Diário da República.-----

Continuando, referiu que poderia ter sido dado seguimento ao processo de regularização da situação em que se encontrava o funcionário e deu conhecimento que tinha consultado a CCDR do Centro e o orientador do Gabinete de Estudos da ATAM, o qual tem acompanhado o processo, acrescentando que o mesmo foi de parecer que a deliberação tomada pela Câmara Municipal e pela Assembleia embora seja benéfica para o futuro, porque pode vir a regularizar a situação do funcionário, ao mesmo tempo penaliza o, porque o acto de nomeação pode vir a ser declarado nulo e, assim sendo, não produz efeito, ficando o funcionário numa situação de “agente putativo”.-----

Disse que o orientador do Gabinete de Estudos da ATAM a tinha aconselhado fazer uma informação ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de o mesmo propor ao executivo Municipal que o quadro alterado tivesse efeitos retroactivos a 2003 e a 2006, data em que os quadros foram aprovados e acrescentou que consultou a lei para que se encontrasse uma solução, datando esta mesma lei a 1991, uma vez que foi no tempo uma medida legislativa para regularizar este tipo de situações.-----

Acrescentou que não existe nenhuma lei que faça com que o acto nulo passe a válido e acrescentou que o executivo apenas solicita que a Assembleia Municipal retroaja a deliberação que tomaram nessa mesma sessão realizada ao ano de 2003 e 2006, por forma a que se vier alguma inspecção o acto que é nulo não venha a ser declarado nulo, porque as duas instâncias que tinham que aprovar o quadro de pessoal, assim o fizeram.-----

A terminar, procedeu à leitura da informação feita ao Senhor Presidente da Câmara antes de se deslocar à ATAM, à leitura da informação emitida pelo técnico de direito, ex-director de departamento administrativo e financeiro e pelo Chefe de Secção de Pessoal, à informação feita depois da sua deslocação à ATAM e à leitura da cópia parcial da acta da reunião do executivo Municipal realizada no passado dia 15 de



Fevereiro do corrente ano (documentos n.º 1, 2, 3 e 4 que aqui se dão como integralmente reproduzidos e vão ser anexados à presente acta, por fotocópia).-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os deputados municipais Ricardo Avelãs Nunes (CDU), José Manuel Cruz (PSD) e João Marujo (PSD).-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):-Após lhe ter sido dada a palavra, o deputado municipal disse que é importante que os documentos lidos e citados pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro deveriam ter sido enviados aos deputados municipais para que fossem analisados cuidadosamente e acrescentou que o assunto deveria fazer parte da ordem de trabalhos da presente sessão, com o objectivo de o mesmo ser devidamente analisado e debatido.-----

Continuando, referiu que apesar de não terem tido analisado os documentos, o assunto irá ser votado favoravelmente pela maioria dos deputados municipais e propôs que o assunto que se encontra em discussão fosse adiado para a próxima Assembleia Municipal.-----

Seguidamente, disse que é um assunto muito grave e que é muito complicado retroagir efeitos ao ano de 2003 e perguntou como é que se cria um lugar, uma carreira, um vínculo laboral, se paga um salário sem que exista esse lugar no quadro de pessoal. -

Acrescentou que se deverá internamente averiguar da responsabilidade disciplinar de quem cometeu o erro para o qual se deu a desculpa de que foi um erro de dactilografia, uma vez que quem não tem culpa é o funcionário. -----

Adiantou que o funcionário não poderá ser prejudicado desta forma e a Assembleia apesar de toda a explicação que foi dada não poderá decidir e votar sem que os deputados municipais analisem e reflectam sobre os documentos enumerados pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, para que se possa consultar a lei.-----

A terminar, reiterou que é um assunto que deverá ser colocado na Ordem de Trabalhos da próxima Assembleia Municipal e solicitou que o executivo inicie o processo de averiguação para se apurarem responsabilidades. -----

O Senhor Presidente da Mesa disse que a preocupação do executivo Municipal é única e exclusivamente a de salvaguardar os direitos do funcionário e acrescentou que o funcionário já deveria ter sido promovido. -----



Deputado Municipal José Manuel Cruz (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Seguidamente, perguntou como é que alguns dos membros presentes que não faziam parte do órgão em 2003 podem retroagir este acto.-----

A terminar, disse que não concorda com o julgamento de pessoas em praça pública, uma vez que todos nós erramos e acrescentou que se existe uma pessoa que não poderá ser prejudicada será sem dúvida o funcionário. -----

Deputado Municipal João Marujo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Seguidamente, disse que a única preocupação que existe é a de não se prejudicar o funcionário, uma vez que é um funcionário que sempre desempenhou as suas funções e o seu trabalho e acrescentou que quando os deputados municipais aprovam os assuntos remetidos pelo executivo municipal, fazem-no com consciência e sempre de boa fé.-----

Continuando, referiu que concorda com o averiguar de quem é realmente o culpado, visto que o único que não deverá ser prejudicado é o funcionário.-----

A terminar, perguntou à Directora do Departamento Administrativo e Financeiro se a Assembleia Municipal tem poderes para retroagir a alteração aos quadros anteriormente aprovados.-----

Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria da Luz Moreira Neves Duarte:- Após lhe ter sido dada a palavra disse que o Senhor Presidente fez um despacho para que se fizesse um rigoroso inquérito, com o objectivo de se apurarem responsabilidades e acrescentou que quando se chegou à conclusão de quem poderia ter sido os culpados, informou o Senhor Presidente nos termos do Código de que todos os actos por eles praticados estavam prescritos, não havendo qualquer hipótese de processo disciplinar, uma vez que passaram 3 anos do acto em si.-----

Continuando, disse que o Senhor Presidente sabe quem foram os funcionários que o informaram mal, não havendo na lei qualquer possibilidade de aplicar qualquer sanção, uma vez que o acto já prescreveu.-----



Seguidamente, referiu que um dos princípios de direito é que as leis não retroagem no tempo, podendo ser aplicado no futuro e acrescentou que o artigo 128º do Código do Procedimento Administrativo refere que efectivamente há eficácia retroactiva dos actos, passando a enunciá-los: tem eficácia retroactiva os actos administrativos que se limitem a interpretar actos anteriores, que dêem execução a decisões de tribunais anulatórias de actos administrativos salvo tratando-se de actos renováveis a que a lei atribua efeito retractivo e o autor do acto administrativo só pode atribuir eficácia administrativa:-----

1. quando a retroactividade seja favorável para os interessados e não lese direitos de terceiros ou interesses legalmente protegidos e desde que há data que pretende fazer remontar a eficácia dos actos já existissem pressupostos justificativos da retroactividade.-----

2. quando estejam em causa decisões revogatórias de actos administrativos tomadas por órgãos ou agentes que os praticaram na sequência de reclamação ou recurso hierárquico.-----

3. quando a lei a permita.-----

Acrescentou que depois de se analisar o artigo entendeu-se que se deveria defender o Município de Pinhel com base na alínea a), do n.º 2, uma vez que a deliberação que está em causa, ou seja, o acto nulo não é a deliberação do executivo municipal nem da assembleia que aprova o quadro mas sim a deliberação que abre o concurso e acrescentou que só por um erro de dactilografia é que não contém a alteração e considerando que essa retroactividade é favorável ao interesse do funcionário não lesa absolutamente ninguém.-----

Adiantou ainda que os juristas da Assembleia Municipal tiveram muitas dúvidas perante o facto de os pressupostos se já existiam à data do quadro e acrescentou que defende que as deliberações sejam transparentes e a Assembleia Municipal tem de confiar no executivo municipal, uma vez que aprovou em 2002 uma acta em que a própria Assembleia municipal pede ao Senhor Presidente da Câmara que dê primazia à entrada de técnicos.-----

Continuando, disse que o que se pede à Assembleia Municipal é que dê uma possibilidade ao executivo e ao funcionário de legalizar a situação, porque pode vir um dia mais tarde uma inspecção e um ministro que declare o acto como nulo, onde existirá a defesa da Câmara Municipal e a elaboração do relatório terá de vir à assembleia



municipal e acrescentou que quem declara este acto anulável é o legítimo interessado é uma figura hipotética.-----

A terminar, disse que se a assembleia municipal não o aprovar e o executivo municipal não lhe dá seguimento, o funcionário continua a trabalhar e não tem promoção.-----

O Senhor Presidente da Mesa disse que houve o cuidado de quem está com o processo de se documentar muito bem, no sentido de tentar repor a legalidade do acto, salvaguardando os interesses do funcionário e acrescentou que se a Assembleia Municipal não votar a favor o funcionário ficará numa situação muito complicada e a Câmara Municipal não poderá solucionar o problema.-----

A terminar, disse que este assunto deverá ser incluído na Ordem de Trabalhos para ser votado, para que se resolva a situação do funcionário.-----

Deputado Municipal José Manuel Cruz (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que perante os esclarecimentos prestados a Assembleia Municipal não tem dúvidas de qual será o caminho a seguir, uma vez que o funcionário não poderá ser prejudicado e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se esta situação estava prevista em 2003 e acrescentou que se estava prevista irá votar a favor, para que se resolva o problema.-----

Presidente de Junta de Freguesia do Bogalhal, Abel Rocha:- Após lhe ter sido dada a palavra disse que a sua dúvida não reside no facto da retroactividade mas sim no definir-se de quem é a culpa, porque o Senhor Presidente afirma que o lugar estava criado e não foi colocado no quadro de pessoal por ter ocorrido um erro de dactilografia.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que não foi sua intenção dizer que os deputados municipais não preparam os assuntos devidamente, porque sabe que os preparam muito bem e acrescentou que, por isso mesmo mantém a sua proposta do assunto ser adiado para a próxima sessão da Assembleia Municipal para que se reflecta e analisem os documentos cuidadosamente, para se vote com consciência.-----



Seguidamente, referiu que é uma situação muito complicada em termos de direito e acrescentou que é apressado votar-se favoravelmente uma situação como esta e, deste modo irá abster-se não por que é contra, mas por não ter tido a oportunidade de a analisar cuidadosamente.-----

A terminar, disse que se existe um funcionário que merece ser promovido é o funcionário em causa e acrescentou que se for aprovado por unanimidade terá muito mais força do que se for aprovado por maioria.-----

Presidente de Junta de Freguesia de Santa Eufémia, Adérito Silva:- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou se existe algum risco para o funcionário de ser penalizado por estar a receber indevidamente ou devolver o que recebeu e acrescentou que está de acordo que este problema se resolva o mais rapidamente.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que poderia ter deixado o problema como ficam muitos outros que vão passando ao longo dos tempos e que são levantados em termos de fiscalização e acrescentou que entendeu assim não proceder porque colocam-se de facto duas questões:-----

1. quando se altera os quadros, estes lugares em princípio deveriam estar sempre previstos e acrescentou que existem 9/10 funcionários administrativos na Câmara Municipal que o quadro não especifica e que o mesmo acontece com os técnicos generalistas e depois aparecem os técnicos que já estão no quadro e o mesmo acontece com os técnicos superiores aparecem os generalistas e depois aparecem os de primeira classe, de ambiente e de informática etc. -----

Continuando, referiu que tem quase a certeza que isso estava contemplado e que tenha sido realmente um lapso de dactilografia e acrescentou que espera que a Directora de Departamento Administrativo e Financeiro lhe faça chegar os nomes dos verdadeiros culpados, uma vez que ainda não tem essa informação por escrito. -----

Seguidamente, disse que quem deve ser prejudicado é o Presidente da Câmara e não o funcionário e acrescentou que depois de muitos pareceres pedidos, o Presidente da Câmara só tem uma hipótese a tomar perante esta situação para resolver o problema de uma vez por todas, ou seja, terá de anular, de imediato, o concurso, resultando apenas uma solução para o funcionário que será a de colocar a Câmara Municipal em tribunal para ser ressarcido dos seus direitos. -----



Disse que o concurso teria de ser novamente aberto, podendo o funcionário em causa concorrer o que não impossibilitava que concorressem outros funcionários ao lugar e acrescentou que o funcionário não corre o risco de repor o dinheiro. -----

Acrescentou que o preocupa o facto de vir uma inspecção que diga que é um acto nulo e, assim sendo, em vez de se resolver o problema adia-se ainda mais. -----

O Senhor Presidente da Mesa disse que a resolução deste problema não se deverá adiar, porque na segunda-feira entra em vigor a nova legislação das carreiras administrativas que poderá vir a complicar ainda mais esta situação. -----

O Senhor Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS) disse que face aos esclarecimentos prestados não se pode ser insensível perante o facto de estar em causa a vida de um ser humano trabalhador e acrescentou que a posição do PS é a de que o problema não deverá ser adiado e, assim sendo, irá votar a favor.-----

A terminar, disse que os partidos políticos presentes na Assembleia deverão unir-se na resolução do problema. -----

O Senhor Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU) disse que retira a proposta de este assunto ser analisado na próxima Assembleia Municipal face a gravidade da situação, e uma vez que confia no trabalho desenvolvido pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro e acrescentou que irá votar a favor, desejando que o problema se resolva o mais rapidamente possível. -----

A terminar, disse que tem dúvidas que o acto administrativo seja nulo a todo o tempo.-----

A Senhora Deputada Municipal Ângela Guerra (PSD) disse que para se suprir a nulidade de um acto não é assim, uma vez que o acto irá ser sempre nulo, porque é invocável a nulidade do acto administrativo a todo o tempo e acrescentou que se levanta um interesse importante que é o do trabalhador em causa. -----

O Deputado Municipal João Marujo (PSD) disse que perante todos os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara não restam dúvidas de que se deverá aprovar a proposta apresentada pelo executivo e acrescentou que se deverá continuar a acautelar o facto da hipotética anulação não acontecer para que não se prejudique ainda mais o funcionário.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a alínea f) à votação.-----



Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria, com um voto contra e com 5 abstenções dos Senhores Deputados Municipais Carlos Ribeiro, Eduardo Magro dos Reis, Gonçalo Cruz, Carlos Guimarães e Manuel Neves, Presidente de Junta de Freguesia do Manigoto.-----

Esta deliberação foi aprovada ainda, em minuta, por unanimidade, a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Intervenção do Público

Relativamente a este ponto da *Ordem de Trabalhos*, não houve qualquer intervenção. -----

Encerramento: Quando eram vinte horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão e para se constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José António Sales Gomes* cujos trabalhos coordenou e por nós, *Angela Maria Pinheiro Branquinho Guerra e Alfredo Torres*, que na qualidade de secretários a redigimos com a colaboração da funcionária da Autarquia, *Sandra Marisa Martins Amaral de Almeida*.--